30 anos | ADEMICON consórcio e investimento

Ademicon Administradora de Consórcios S.A

CNPJ: 84.911.098/0001-29

Demonstrações Financeiras 1º Semestre 2022

ademicon.com.br

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da **ADEMICON Administradora de Consórcios S/A.,** correspondentes ao período findo em **30 de junho de 2022**, compreendendo o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. Compreendem também, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios referente ao semestre. As notas explicativas e o relatório dos auditores independentes são partes integrantes dessas demonstrações financeiras. Estas demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Administradora tem a missão de administrar e operar grupos de consórcio com a marca **ADEMICON, IVECO, NEW HOLLAND, LIBRELATO, MITSUBISHI e SUZUKI**, entre outras, que consolida nosso trabalho há mais de 30 anos. A companhia atualmente possui 124 grupos em andamento, com 128.681 cotas ativas. No período, a administradora registrou o resultado líquido de R$ 56.513.977,92. O patrimônio líquido ajustado em 30 de junho de 2022 representa R$ 54.723.252,03. O primeiro semestre de 2022 foi marcado pela superação em diversos marcos históricos e a inauguração de diversos projetos e eventos que auxiliaram a companhia a ultrapassar, por dois meses consecutivos o recorde de volume de crédito mensal vendido, sendo R$ 1 bi em MAI22 e R$ 1,5 bi em JUN22. No período, o crescimento da produção foi de 50,3% com relação ao ano anterior.

Na data-base 30/06/2022, a ADEMICON se posiciona como 1ª colocada no ranking do Banco Central, entre as administradoras independentes, tanto em ativos administrados quanto em cotas comercializadas, nos segmentos I e II - Imóveis e Pesados).
No período, a companhia reforçou ainda mais a mensagem da diversificação de portfólio como um dos pilares de crescimento - desta vez, por meio do lançamento do plano 50, que proporciona a contratação de consórcios na rede Ademicon com pagamento das parcelas com redução de 50% até o momento da contemplação da cota - O lançamento do plano foi majoritariamente responsável pelo aumento significativo no volume de vendas no 1º semestre. Além disso, o período contou a mega inauguração de 21 lojas, complementando o portfólio de mais de 140 lojas no grupo. Além disso, a companhia concluiu parceria Com a RICTV para uma experiência personalizada em consórcio, utilizando toda a experiência Ademicon através do modelo de Consortium As A Service. Agradecemos nossos clientes consorciados e aos fornecedores pela confiança e credibilidade demonstrados; ao nosso controlador, a ADEMICON Participações S/A.; e aos nossos colaboradores e parceiros representantes, pela contínua dedicação, profissionalismo e compromisso com que conduziram suas atividades à estratégia de negócios da Administradora. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Curitiba, 21 de março de 2023
Os Administradores

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em milhares de Reais

Ativo	Nota	30/jun/22	31/dez/21
Circulante		**75.672**	**59.294**
Disponibilidades	7	**177**	**635**
Ativos financeiros	8	**54.963**	**53.875**
Outros créditos		**20.532**	**4.783**
Rendas a receber	10	8.075	1.590
Adiantamentos	10	5.247	3.193
Comissao a apropriar	10	7.210	–
Não Circulante		**119.465**	**81.639**
Outros valores e bens	9	**21.117**	**20.751**
Outros créditos		**98.348**	**60.888**
Valores referentes a grupos encerrados	10	–	51.389
Diversos	10	2.533	9.499
Comissao a apropriar	10	95.815	–
Permanente		**10.483**	**8.005**
Imobilizações em curso	12.1	**7.923**	**5.668**
Imobilizado de uso	12.1	**6.792**	**6.436**
Intangível	12.2	**875**	**689**
(–) Depreciações e amotizações		**(5.107)**	**(4.789)**
(–)Imobilizado de uso	12.1	(4.812)	(4.550)
(–)Intangível	12.2	(295)	(239)
Total do Ativo		**205.620**	**148.938**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	30/jun/22	31/dez/21
Circulante		**58.397**	**34.680**
Outros Passivos		**58.397**	**34.680**
Fiscais e Previdenciárias	13	11.390	8.375
Diversas	16	34.993	26.305
Taxa administrativa a apropriar	14	12.014	–
Não Circulante		**92.500**	**74.541**
Outros Passivos		**92.500**	**74.541**
Provisão para contingências	17	1.160	988
Recursos não procurados	15	1.913	22.140
Taxa administrativa a apropriar	14	89.403	–
Valores referentes a grupos encerrados	10	–	51.389
Diversas	16	24	24
Patrimônio Líquido		**54.723**	**39.716**
Capital Social	18.1	**19.943**	**19.943**
Reserva Legal	18.2	**4.160**	**4.160**
Lucros e Prejuízos Acumulados		**30.620**	**15.613**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**205.620**	**148.938**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO Em milhares de Reais

	Nota	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Receita Operacional			
Receita de prestação de serviços	19	180.303	124.350
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		2.798	230
Impostos e contribuições incidentes	20	(20.635)	(7.293)
Receita Operacional Líquida		162.466	117.287
Outras receitas (despesas) operacionais			
Despesas com Pessoal	21	(22.781)	(7.964)
Outras Despesas Administrativas	23	(55.607)	(79.503)
Outras Receitas/Despesas Operacionais Líquidas	24	(2)	(546)
		(78.391)	(87.456)
Resultado Antes da Tributação s/Lucro e Participações		84.076	29.831
Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro	25	(27.562)	(10.066)
Lucro líquido do período		56.514	19.208

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO Em milhares de Reais

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Lucro Líquido do Semestre	56.514	19.208
Movimentação do Semestre	–	–
Resultado Abrangente do Semestre	56.514	19.208

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO - Em milhares de Reais

	Nota	Capital Realizado	Reserva de Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2020		7.000	2.282	6.866	16.148
Lucro Líquido do Período		-	-	42.935	42.935
Reserva Legal		-	-	-	-
Distribuição de Dividendos		-	-	(58.200)	(58.200)
Aquisição de investimento por incorporação		12.942	1.878	24.013	38.833
Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2021		19.942	4.160	15.614	39.716
Lucro Líquido do Período		-	-	56.514	56.514
Reserva Legal		–	–	–	
Distribuição de Dividendos	26	–	–	(41.507)	(41.507)
Aquisição de investimento por incorporação		–	–	–	–
Saldos Finais em 30 de Junho de 2022		19.942	4.160	30.621	54.723

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO Em milhares de Reais

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido	56.514	19.208
Ajustes por:		
Depreciação	329	119
Imposto de renda e contribuição social	27.562	10.066
Lucro Ajustado	84.404	29.950
Variações nos ativos e passivos		
Rendas a receber	(23.219)	3.312
Cotas de consórcio	(366)	(2.277)
Outros créditos	4.911	36
Comissoes a apropriar	(103.025)	–
Obrigações fiscais e previdenciárias	1.285	653
Taxa adm a apropriar	118.151	–
Provisão para passivos contigentes	172	7
Recursos não procurados	(20.227)	961
Imposto de renda e contribuição social pagos	(25.831)	(9.583)
Outras obrigações	8.688	4.439
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	**44.943**	**27.499**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisições de Imobilizado/Intangível	(2.807)	(1.892)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	**(2.807)**	**(1.892)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Distribuição de Dividendos	(41.507)	(14.023)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	**(41.507)**	**(14.023)**
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**629**	**11.584**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	54.511	17.119
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	55.140	28.702

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO Em milhares de Reais

Ativo	Nota	30/jun/22	31/dez/21
Circulante		2.922.512	2.524.295
Caixa e Equivalente a Caixa		979	2.408
Depósitos Bancários		979	2.408
Depósitos Bancários		979	2.408
Aplicações Financeiras		758.000	651.828
Outras		758.000	651.828
Aplicações Financeiras		758.000	651.828
Outros Créditos		2.163.533	1.870.059
Valores Específicos		2.163.533	1.870.059
Bens Retomados ou Devolvidos		5.206	4.556
Direitos Junto a Consorciados Contemplados	11	2.158.327	1.865.503
Compensação		38.804.178	34.447.883
Consórcio		38.804.178	34.447.883
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados		116.875	101.919
Contribuições Devidas ao Grupo		19.587.926	17.376.994
Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar		19.099.377	16.968.969
Total do Ativo e contas de compensação		**41.726.691**	**36.972.178**

Passivo	30/jun/22	31/dez/21
Circulante	2.922.513	2.524.295
Outras Obrigações	2.922.513	2.524.295
Obrigações Diversas	2.922.513	2.524.295
Obrigações com Consorciados	1.727.617	1.508.122
Valores a Repassar	47.932	42.157
Obrigações por Contemplações a Entregar	686.791	570.786
Obrigações com a Administradora	1.394	1.133
Recursos a Devolver a Consorciados	373.987	323.281
Recursos do Grupo	84.792	78.815
Compensação	38.804.178	34.447.883
Consórcio	38.804.178	34.447.883
Recursos Mensais a Receber de Consorciados	116.875	101.919
Obrigações do Grupo por Contribuições	19.587.926	17.376.994
Bens ou Serviços a Contemplar - Valor	19.099.377	16.968.969
Total do Passivo e contas de compensação	**41.726.691**	**36.972.178**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DE CONSÓRCIOS EM 30 DE JUNHO - Em milhares de Reais

	1º Semestre 2022	2º Semestre 2021	Valor Acumulado
Disponibilidades no Início do Período	654.236	294.784	–
Depósitos Bancários	2.408	621	–
Aplicações Financeiras do Grupo	81.042	21.775	–
Aplicações financeiras Vinculadas a Contemplações	570.786	272.388	–
(+) Recursos Coletados	1.258.394	1.363.532	8.017.334
Contribuições para Aquisição de Bens	937.962	807.956	6.008.872
Taxa de Administração	269.359	233.275	1.799.766
Contribuições ao Fundo de Reserva	6.164	5.394	36.181
Rendimentos de Aplicações Financeiras	32.556	16.574	116.683
Multas e Juros Moratórios	1.508	1.257	8.603
Prêmios de Seguros	3.441	3.125	32.464
Custas Judiciais	1.565	1.324	8.871
Reembolso de Despesas de Registro	629	662	4.175
Outros	5.210	293.965	1.720
(–) Recursos Utilizados	(1.153.651)	(1.004.080)	(7.258.355)
Aquisição de Bens	(848.298)	(729.181)	(5.371.309)
Taxa de Administração	(271.145)	(233.922)	(1.799.763)
Multas e Juros Moratórios	(742)	(610)	(4.216)
Prêmios de Seguros	(3.398)	(3.058)	(31.800)
Custas Judiciais	(1.645)	(1.470)	(10.027)
Devolução a Consorciados Desligados	(18.963)	(20.696)	(36.260)
Despesas de Registro de Contrato	(622)	(658)	(4.132)
Outros	(8.838)	(14.485)	(848)
Disponibilidades no Fim do Período	758.979	654.236	758.979
Caixa e Equivalente a Caixa	978	2.408	978
Aplicações Financeiras do Grupo	71.214	81.042	71.214
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações	686.787	570.786	686.787

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO - Em milhares de Reais

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ademicon Administradora de Consórcios S.A., é uma companhia de capital fechado, tendo por objetivo explorar o ramo de administração de grupos de consórcios de bens imóveis, veículos leves e pesados e outros, mediante a captação de poupança popular na sistemática de consórcio, nos termos da Lei nº 5.768, de 20/dez./71. Forma jurídica: Sociedade Anônima de capital fechado. Sede: Av. Sete de Setembro, 5870 - Batel - Curitiba - PR. Na data de 29 de novembro de 2021, a companhia finalizou um processo de incorporação da CONSEG ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. Empresa do mesmo setor especialista em consórcio de veículos leves e pesados. O processo de incorporação está descrito nos seguintes pontos: *1.1 Processo de Incorporação: 1.1.1 Contexto Operacional:* ADEMILAR ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A (Ademilar - CNPJ nº 84911098000129) e CONSEG ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A (Conseg - CNPJ nº 81.742.223/0001-26), ambas empresas administradoras de consórcio, sendo a primeira focada em consórcio de Investimento Imobiliário e a última, administradora de consórcio focada em veículos leves e pesados. Em 02 de julho de 2020, Conseg Consórcios, Ademicon Participações Societárias Ltda., Trator Participações S.A., William Jefferson Maciel Fernandes, Leste Private Equity Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior, Treecorp Trator Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Jussara Pianowski, Raul Schuchovsky Neto, Tatiana Schuchovsky Reichmann, Conseg Participações S.A., e Ademilar celebraram um acordo de investimentos e outras avenças, por meio do qual foram acertados os termos e condições para que seja formalizada a combinação de negócios da Conseg Participações, da Ademicon, e suas respectivas afiliadas. Assim, ainda no ano de 2020, os representantes das empresas iniciaram as tratativas para fusão negocial de seus segmentos, em razão da sinergia e complementariedade das atividades, motivo pelo qual realizaram uma incorporação societária. Desta forma, foi originada a ADEMICON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A, posicionando, portanto, a empresa no mercado como a maior administradora independente de consórcios do Brasil. *1.1.2 Da Incorporação:* Em 30/11/2020 houve elaboração do Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil Apurado por Meio dos Livros Contábeis elaborado pela Muller & Prei Auditores Independentes S/S, o qual teve como objetivo a avaliação dos saldos do patrimônio líquido contábil apurado por meio de livros contábeis com posição em 30/11/2020 da CONSEG ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A, empresa incorporada pela ADEMILAR ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. Com base no laudo apresentado, foi entendido que o valor do patrimônio líquido contábil da CONSEG ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A é de R$ 12.942.914,32, conforme balanço patrimonial de 30/11/2020. Portanto, o capital social da Incorporadora (Ademilar) passou de R$ 7.000.000,00, dividido em 7.000.000 ações ordinárias, para R$ 19.942.914,32, dividido em 9.844.920 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Ainda, como documento de suporte da incorporação foi elaborado o Protocolo e Justificação de Incorporação da CONSEG ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A pela ADEMILAR ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A., que, em suma, previu a necessidade de cumprimento das condições suspensivas para consumação da incorporação, e dentre elas, estava a obtenção da devida aprovação da operação pelo Banco Central do Brasil. Adicionalmente, Protocolo e Justificação de Incorporação ficou estabelecido que as variações patrimoniais apuradas na empresa incorporada, com relação aos elementos ativos e passivos a serem vertidos para a empresa incorporadora, no período entre a data-base e a data da efetivação da incorporação seriam devidamente apropriadas pela própria incorporadora, passando-se para seus livros contábeis e efetuando-se as alterações necessárias. Em 22/01/2021 as empresas realizaram Assembleia Geral Extraordinária, a fim de aprovar a incorporação e seus documentos, os quais foram devidamente aprovados por unanimidade. Como consequências da operação, houve a alteração do grupo de controle societário da incorporadora, mediante ingresso dos novos acionistas e a mudança da denominação social para Ademicon Administradora de Consórcios S.A. Em 25/05/2021 houve a eleição de nova Diretora de Operações, passando, portanto, a Sra. Maria Fernanda Schuchovsky Gruber a assumir o cargo em questão na Ademicon Administradora de Consórcios S.A. Os documentos societários foram encaminhados para validação do Banco Central do Brasil - BACEN e deferidos em 18/08/2021, com condições complementares a serem cumpridas pelas partes mediante expedição do Ofício 18070/2021- BCB/Deorf/GTCUR. Após a retificação para inclusão da previsão de membros suplentes em igual número ao previsto para os membros efetivos do Conselho Fiscal, conforme determina o artigo 161, §1º, da Lei nº 6.404/1976, todos os registros no módulo "Autorizações" do Unicad, declaração de conferência do estatuto social, nos termos da Carta Circular nº 3.129, de 1º de abril de 2004, envio do mapa de composição de capital refletindo a nova composição societária da incorporadora, que deverá ser transmitido eletronicamente por meio do Sistema de Transferência de Arquivos (STA), conforme Sisorf 3.4.30.70 e dos documentos do fechamento da operação ao BACEN, os documentos societários passaram por uma nova análise. Todavia, em 24/11/2021 o BACEN emitiu o Ofício 26977/2021-BCB/Deorf/GTCUR deferindo o processo de incorporação, seguindo-se, portanto, de autorização para iniciar os registros perante a Junta Comercial do Paraná e perante a Receita Federal do Brasil, os quais só foi finalizado em 29/11/2021. O acervo líquido a ser incorporado, representado pela totalidade dos ativos e passivos da CONSEG ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A., na data-base de 29 de novembro de 2021, estava assim composto:

ATIVO	
Caixa e equivalentes de caixa	51.850
Valores referentes a grupos encerrados	38.432
Cotas de Consórcio Conseg	11.561
Empréstimos a grupos encerrados	7.321
Imobilizado/Intangível	2.456
Rendas a receber	696
Outros ativos	3.384
Total do Ativo	**115.700**
PASSIVO	
Valores referentes a grupos encerrados	38.432
Recursos não procurados	10.649
Impostos a recolher	7.467
Provisão para contingências	857
Valores recebidos a ratear - grupos encerrados	2.811
Outras Obrigações	16.651
Total do Ativo	**76.867**
ACERVO LÍQUIDO CONTÁBIL	**38.833**

O total de passivo incorporado pela ADEMILAR ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A., é de R$ 76.867 dos quais R$ 38.432 é referente a recursos pendentes de recebimento de grupos encerrados (lançamento que também é contabilizado no ativo) e R$ 10.649 referente a recursos não procurados, R$ 7.467 como passivos fiscais e previdenciários e R$ 16.651 a outras obrigações (R$ 2.235 provisões com pessoal, R$ 6.703 provisões de viagens de incentivo comerciais e fornecedores diversos e R$ 7.713 de comissões a pagar). As contingências passivas totalizaram R$ 857, das quais R$ 38 é referente a contingências trabalhistas e R$ 818 cíveis. Adicionalmente, existem outras ações as quais foram classificadas com probabilidade de perda possível nos montantes de R$ 739,7 em 29 de novembro de 2021. *1.1.3 Da consolidação da operação:* Desta forma, a Ademicon Administradora de Consórcios S.A passou a ser constituída do seguinte quadro: a) Eleição dos membros da Diretoria, cujo mandato se estenderá até a posse dos que forem nomeados na Assembleia Geral Ordinária de 2024: **Tatiana Schuchovsky Reichmann** Diretora Presidente; **Guilherme Mei Carrasco -** Diretor Financeiro; **Maria Fernanda Schuchovsky Gruber -** Diretora de Operações. b) Acionista Controladora: Ademicon Participações S/A

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ADMINISTRADORA E CONSOLIDADA DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), específicas para as administradoras de consórcios e estão apresentadas em conformidade com o COSIF - Plano Contábil das Instituições Financeiras, bem como com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a Lei nº 6.404/76, com suas alterações. Na elaboração das demonstrações Consolidadas das Variações nas Disponibilidades de Grupos de Consórcios, a coluna semestre representa os valores coletados e utilizados no período, e a coluna valor acumulado, representa os valores coletados e utilizados desde o início dos grupos de consórcios em andamento. A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Observamos os seguintes pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a seguir que foram aplicados: • Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, aprovado em 1º de novembro de 2019; • Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado em 6 de agosto de 2010; • Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 3 de setembro de 2010; • Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 3 de setembro de 2010; • Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, aprovado em 26 de junho de 2009; • Pronunciamento Técnico CPC 24 - Evento Subsequente, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 17 de julho de 2009; • Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 26 de junho de 2019; • Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 26 de junho de 2009; • Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 8 de julho de 2010; • Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, aprovado em 7 de dezembro de 2012, nas situações em que a mensuração pelo valor justo de elementos patrimoniais e de resultado esteja prevista em regulamentação específica; • Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, aprovado em 4 de novembro de 2016. Em 01/01/2022 entraram em vigor as Resoluções BCB nº 120/2021/IFRS 15 e a Instrução Normativa BCB nº 187/2021 que aprovaram os seguintes pronunciamentos técnicos. **a) Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021CPC 47:** A Resolução BCB nº 120/2021, juntamente com o CPC 47, alteram a forma de reconhecimento das receitas de prestação de serviço, as quais eram contabilizadas no momento do recebimento da contraprestação e passaram a ser contabilizadas à medida que os serviços são prestados

continua →★

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DA ADEMICON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. - Em milhares de Reais

(quando a obrigação de performance é satisfeita), determinando a adoção prospectivamente do Pronunciamento Técnico CPC 47, Receita de contrato com cliente. Essas alterações foram aplicadas de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2022. A adoção do CPC 47 em 1º de janeiro de 2022 resultou nas contabilizações demonstradas a seguir:

	Nota	Saldo em 30/06/2022
Outros Créditos - Administradora		
Taxa de administração a receber	10 (i)	24.112
Comissão a apropriar	10 (vi)	103.025
Passivos de contratos com clientes		
Taxa de administração de lance recebido	14	50.854
Taxa de administração antecipada	14	67.297
Receita de prestação de serviços		
Taxa de administração	19	178.717
Despesa de prestação de serviços		
Comissão Pessoa Jurídica		8.435

b) Instrução normativa BCB nº 187, de 25 de novembro de 2021:A Instrução Normativa BCB nº 187/2021 revoga a exigência do reconhecimento das despesas de comissão de venda de quotas de consórcio no resultado quando da realização da venda, conforme definido pela Carta Circular nº 2.598/1995. Desta forma, as despesas de comissão passaram a ser registradas pelo regime de competência, conforme CPC 47, onde essas alterações aplicadas de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2022. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 21 de março de 2023.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações financeiras da administradora e consolidadas dos grupos de consórcio, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções específicas do Banco Central do Brasil, destacamos os seguintes: *3.1 Da Administração: 3.1.1 Apuração de resultados:* O resultado é apurado pelo regime de competência mensal. Até 31 de dezembro 2021 a taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas, conforme art. 8º, §2º, da Circular nº 2.381/1993 do Banco Central do Brasil. A partir de 01-01- 2022, a Resolução BCB nº 120 de 27 de julho de 2021 revogou o Art. 8º, § 2º da Circular Bacen nº 2.381/93, e determinou a adoção prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2022 do Pronunciamento Técnico CPC 47, onde a taxa de administração de receita de contrato com cliente passou a ser reconhecida por competência mensal, ao longo do prazo dos grupos de consórcio em cumprimento da obrigação de performance. Da mesma forma as despesas de comissões de vendas das cotas de consórcio que em 31 de dezembro 2021 eram apropriadas ao resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pelas quais as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica outras despesas administrativas, passaram a ser reconhecidas e registradas por competência mensal de acordo com o contrato com cliente a partir de 1º de janeiro de 2022. *3.1.2 Ativos Financeiros: 3.1.2.1 Classificação e Mensuração:* A Ademicon classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. *3.1.2.2 Ativos Mantidos até o Vencimento:* São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Neste caso, estes ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. *3.1.2.3* Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD): São provisões constituídas para reconhecimento no resultado das prováveis perdas de créditos no futuro, onde a entidade deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito em compromisso de empréstimos e em contrato de garantia financeira aplicando os requisitos de redução ao valor recuperável, reconhecendo a provisão em outros resultados abrangentes. Ao mensurar as perdas de crédito esperadas, a entidade não precisa, necessariamente, identificar cada cenário possível. Entretanto, ela deve considerar o risco ou a probabilidade de que ocorra uma perda de crédito ao refletir sobre a possibilidade de que essa perda ocorra e sobre a possibilidade de que não ocorra, mesmo se a possibilidade de ocorrência de perda de crédito for muito baixa, ou seja, uma estimativa contábil dos créditos de clientes que possuem um risco considerável de não serem quitados. *3.1.3 Caixas e equivalentes de caixa:* Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades como depósitos bancários, dinheiro em caixa e investimentos de curto prazo de alta liquidez. Recursos estes utilizados pela companhia para gerenciamento de seus compromissos a curto prazo. *3.1.4 Outros créditos:* Compostos pelas taxas de administração a receber e comissões a apropriar, reconhecida pela competência a partir de 1º de janeiro de 2022, cotas vendidas para terceiros que estavam em poder da companhia, valores empréstimos a grupos encerrados que foram transferidos para a administradora e adiantamentos diversos (despesas com pessoal, despesas antecipadas e fornecedores). *3.1.5 Investimentos:* Está demonstrado ao custo de aquisição. *3.1.6 Imobilizado:* Está demonstrado ao custo de aquisição e reavaliação espontânea, acrescido de correção monetária até 31 dezembro de 1995, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens. *3.1.7 Provisão para recuperação ao valor recuperável de ativos (impairment):* A Administração concluiu que as premissas históricas utilizadas estão adequadas, não havendo efeitos relevantes, tão pouco ajustes contábeis necessários ou riscos de impairment em ambos os semestres. O valor contábil líquido do Ativo Imobilizado é avaliado segundo os preceitos dos CPC 27 e não excede o seu valor recuperável, em conformidade com as disposições do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. *3.1.8 Redução ao valor recuperável dos ativos:* Para o semestre findo em 30 de junho de 2022, permanece o mesmo julgamento dado em 31 de dezembro de 2021, com base no CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, onde a administração da Companhia avaliou, através de fontes internas ou externas, a existência de alguma indicação de que os ativos possam ter sofrido desvalorizações e julgou, dessa forma, não ser necessária a realização do teste de recuperabilidade. *3.1.9 Ativo e passivo circulantes e não circulante:* Demonstrados pelos valores de realização e/ou aplicação, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas. *3.1.10 Imposto de renda e contribuição social:* A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real que exceder R$ 240 mil no ano (R$ 120 mil no semestre), e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação. *3.1.11 Impostos e contribuições incidentes:* Gerada sobre o faturamento, as alíquotas de PIS/Cofins correspondem a 9,25% e alíquota de ISS corresponde a 2% devido a regime tributário especial do programa Tecnoparque, junto com a prefeitura de Curitiba, previsto na lei complementar nº 64/2007, regulado pelo decreto nº 310/2008. *3.1.12 Passivos contingentes e obrigações legais:* São reconhecidos na demonstração financeira, quando embasados em opinião de assessoria jurídica, os processos judiciais e/ou administrativos considerados como provável risco de perda, e mensurados com suficiente segurança, ou seja, provável saída de recursos para liquidação das obrigações, são reconhecidos em resultado. Passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível são divulgados apenas em notas explicativas, não sendo reconhecidos em resultado. *3.1.13 Comissão a apropriar:* O diferimento das comissões é realizado pelo regime de competência conforme aplicação do CPC 47, prospectivamente, passando a ser reconhecida e registrada pelo prazo de contrato com o cliente a partir de 1º de janeiro de 2022. *Resultados não recorrentes: 3.1.14 Resultados não recorrentes:* Resultados não recorrentes correspondem aos impactos econômicos de eventos que não estejam relacionados com as atividades usuais da instituição ou que não haja previsão que ocorram no futuro. *3.1.15 Reserva Legais:* É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício/semestre social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. *3.1.16 Outras Informações:* A Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021 dispõe sobre os critérios para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábil pelas administradoras de consórcios e pelas instituições de pagamentos autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre os procedimentos específicos para a aplicação desses princípios pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A referida resolução revogou o art. nº 8 da Circular BCB nº 2.381/1993 que estabelecia que as receitas de taxa de administração dos grupos de consórcios deveriam ser escrituradas na administradora por ocasião de seu efetivo recebimento, tornando obrigatória, a partir de 2022, a adoção do CPC 47. Assim, no 1º semestre/2021, tanto as receitas de taxa de administração, como as despesas de comissões, foram apuradas pelo regime de caixa e, no 1º semestre/2022, pelo regime de competência. O CPC 47 estabelece que a entidade deve reconhecer suas receitas quando as obrigações de desempenho forem cumpridas perante os clientes, ou seja, quando houver a transferência de bens ou serviços prometidos mediante contrato entre as partes. Assim, o valor registrado deve ser reconhecido pelo regime de competência a refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca do serviço prestado. Conforme o art. nº 23 da Resolução BCB 120/2021, o CPC 47 deve ser aplicado prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2022. *3.2 Dos grupos de consórcio: 3.2.1 Disponibilidades e aplicações financeiras:* Representam os recursos disponíveis relativos a valores vinculados a contemplações ainda não utilizados pelos grupos de consórcio, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária segundo determinações das Circulares nº 3.432 do Banco Central do Brasil. Esses recursos estão aplicados em Fundo de Investimento de Renda Fixa, e seus rendimentos líquidos são incorporados diariamente ao fundo comum e ao fundo de reserva de cada grupo, não incidindo sobre estes a taxa de administração. *3.2.2 Direitos dos consorciados contemplados:* Demonstram os valores a receber a título dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens vigente no mês. *3.2.3 Previsão mensal de recursos a receber consorciados:* Refere-se à previsão de arrecadação de contribuições de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de Administração. O montante foi calculado com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços, conforme determinação do Banco Central do Brasil. *3.2.4 Contribuições devidas ao grupo:* Demonstram as contribuições devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos, calculados com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços. *3.2.5 Valores e bens ou serviços a contemplar:* Representam o valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no valor dos bens nas datas dos balanços. *3.2.6 Obrigações com consorciados:* Correspondem aos valores recebidos dos consorciados não contemplados a título de fundo comum, para aquisição de bens, e recursos recebidos cuja destinação não foi identificada, os quais são atualizados com base no valor dos bens nas datas dos balanços. *3.2.7 Valores a repassar:* Registram os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelo grupo relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, custas judiciais, multa rescisória e outros. *3.2.8 Obrigações por contemplações a entregar:* Representam os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidas da respectiva remuneração. *3.2.9 Recursos a devolver a consorciados:* Registram o valor dos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes ou excluídos, relativo às contribuições de fundo comum, devidamente atualizado, deduzido de multas, quando aplicável. *3.2.10 Recursos dos grupos:* Correspondem aos recursos dos grupos de consórcios a ser rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos, formados pelo saldo de fundo de reserva ainda não utilizado, rendimentos de aplicações financeiras não vinculadas a contemplação, multa, juros e outros valores retidos. *3.2.11 Recursos coletados:* Representam os recursos coletados dos consorciados pelos grupos e os rendimentos deles decorrentes. *3.2.12 Recursos utilizados:* Representam todos os pagamentos realizados pelos grupos, decorrentes dos diversos compromissos. *3.2.13 Das normas para Consórcios:* A companhia está aplicando todas as instruções normativas e resoluções vigentes apresentadas pelo banco central na elaboração das Demonstrações Financeiras.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS E GESTÃO DE RISCOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. *4.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas:* Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão. **i. Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD):** São provisões constituídas para reconhecimento no resultado das prováveis perdas de créditos no futuro, ou seja, uma estimativa contábil dos créditos de clientes que possuem um risco considerável de não serem quitados.: discorrer. **ii. Comissão a apropriar**: O diferimento das comissões é realizado pelo regime de competência conforme aplicação do CPC 47, prospectivamente, passando a ser reconhecida e registrada pelo prazo de contrato com o cliente a partir de 1º de janeiro de 2002 conforme resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021. **iii. Taxa de administração a receber:** corresponde ao diferimento das taxas antecipadas pagas pelo consorciado oriundas de lance e antecipação de parcela de acordo com o prazo de contrato com o cliente a partir de 1º de janeiro de 2002 conforme resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021. **iv. Provisão para passivos Contingentes:** As Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. *4.2 Gestão de Riscos:* A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras. Essa gestão é realizada pela administração da Companhia que identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros para que sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados. Esses riscos estão relacionados ao não cumprimento pela contraparte em operações financeiras, de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo as operações dos grupos de consórcios, entre elas a concentração em clientes e o nível de inadimplência.

5. CONTROLES INTERNOS

Nos termos da Circular nº 3.078/02, do Banco Central do Brasil, estão implantados os procedimentos pertinentes ao sistema de controles internos, os quais vêm sendo acompanhados e revisados pela administração da sociedade.

6. RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIOS

6.1 Posição das operações de consórcios: Informamos a seguir, dados complementares relativos às operações de consórcios em:

	30/jun/22	31/dez/21
Número de Grupos Administrados	124	118
Quantidade de Bens Pendente de Entrega	5.574	4.948
Quantidade de Bens Entregue no Período	3.819	6.723
Quantidade Total dos bens Entregues dos Grupos em andamento	40.576	26.161
Número de Consorciados Ativos - Total	128.681	118.602
Contratos Quitados	11.485	10.413
Contratos não Quitados	117.196	108.189
Número de Consorciados Excluídos - Total	93.056	79.710
Taxa de Inadimplência	12,83%	12,18%
Inadimplêntes	16.512	14.451
Contempladas	35.018	31.922

6.2 Taxa de administração: A taxa de administração média arrecadada nos grupos de consórcios está demonstrada conforme a seguinte tabela:

	30/jun/22	31/dez/21
Imóveis	23,2%	23,1%
Veículos Pesados	13,7%	13,7%
Veículos Leves	14,1%	14,1%
Outros	21,4%	20,7%

6.3 Taxa de administração futura: Valor da Taxa de administração futura a receber sobre consorciados em:

	30/jun/22	31/dez/21
Consorciados contemplados/não contemplados	3.461.107	3.042.549

7. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/jun/22	31/dez/21
Caixa e equivalentes a caixa	177	635
Caixa geral	3	3
Bancos [1]	174	632

[1] O valor das disponibilidades encontra-se registrado em conta corrente sem renumeração e está disposto nas seguintes instituições financeiras em 30-06-2022 sendo: R$ 171 em conta corrente Banco Bradesco, R$ 1 em conta corrente Banco Itaú e R$ 2 em conta corrente Caixa Economica Federal.

8. ATIVOS FINANCEIROS

	Quantidade	Valor Cota	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Títulos mantidos até o vencimento	Total
Fundos de Investimento [1]						
BRAD FI FICFI RF REFER DI LP GRUPOS	5.164,74239	10,0060569	51	–	–	51
BRAD H FIRF REF DI CP LP EXECUTIVO	3.674.121,49081	14,8785296	54.500	–	–	54.500
CDB pós-fixado [2]						
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			–	–	412	412
Total			54.551	–	442	54.551

[1] O valor de mercado dos títulos públicos que compõe os fundos é correspondente ao preço dos ativos na B3 e indexados a o CDI.

[2] O CDB é emitido pelo banco Caixa Econômica Federai e possui uma rentabilidade média de 95% do CDI.

9. OUTROS VALORES E BENS

Trata-se de cotas adquiridas pela Companhia para viabilizar grupos recém-inaugurados.

	30/jun/22	31/dez/21
Outros valores e bens	21.117	20.751
Cotas de Consórcio Ativas	19.138	18.772
Cotas de Consórcio Canceladas	1.979	1.979

10. OUTROS CRÉDITOS - ADMINISTRADORA

	30/jun/22	31/dez/21
Outros Créditos - Circulante	20.532	4.783
Taxa de administração a receber (i)	7.378	893
Cotas comercializadas a receber (ii)	697	697
Adiantamentos (iii)	5.247	3.193
Comissão a apropriar (vii)	7.210	–
Outros Créditos - Não Circulante	98.348	60.888
Valores referentes a grupos encerrados (iv)	–	51.389
Empréstimos a grupos encerrados (v)	2.122	8.960
Depósito/Bloqueio judicial (vi)	411	539
Comissão a apropriar (vii)	95.815	–

(i) Taxa de administração a receber: saldo de taxa de administração do último dia do período reconhecida e recebida no grupo, porém não repassada a administradora. Essas taxas foram reconhecidas pelo regime de competência conforme aplicação do CPC 47, prospectivamente, não seguindo mais o reconhecimento em receita apenas no recebimento de caixa. (ii) Cotas comercializadas a receber: refere-se a cotas que eram da companhia, e foram vendidas a terceiros. (iii) Adiantamentos diversos (viagens, cartão de crédito, custas judiciais, recursos de grupos), adiantamentos de férias, antecipações salariais, impostos a recuperar, despesas antecipadas e fornecedores diversos. (iv) Valores referentes a grupos encerrados: refere-se a valores de grupos encerrados transferidos para a administradora no momento do encerramento do grupo. Esses valores geram um lançamento no ativo (valores pendentes de recebimento de grupos encerrados) e um valor igual no passivo (valores, referentes a grupos encerrados, a serem pagos a consorciados ativos e adimplentes no momento do rateio). Devido a nova regra aplicada aos valores referentes a grupos encerrados, o saldo da conta foi transferido para as contas de compensação conforme a instrução normativa BCB N° 208. (v) Empréstimos a grupos encerrados: refere-se a empréstimos da administradora para conseguir encerrar o grupo cumprindo com as contemplações de todos os consorciados ativos. O saldo é líquido de provisão de devedores duvidosos. (vi) Valores referentes a processos judiciais trabalhistas e processos de grupos de consórcios. (vii) Refere-se as comissões pagas, que representam custos incrementais e ativos de contrato com cliente que serão reconhecidos conforme aplicação do CPC 47, prospectivamente, passando a ser reconhecida em conta patrimonial do ativo, com contrapartida em conta de resultado de acordo com o vencimento de cada contrato. *Constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD):* Entendem-se como provisões os lançamentos de valores representando uma expectativa de perda de ativos ou estimativas de valores a desembolsar. A legislação tributária (Art. 9º ao 14º da Lei nº 9.430/96; art. 24 da Instrução Normativa RFB nº 1.515/2014) permite a contabilização desses valores para constituir provisões para perdas nos recebimentos de créditos no futuro. A companhia implementou, na data de 30 de junho de 2022, uma mudança de estimativa contábil em relação à apuração da PCLD. A classificação dos títulos em abertos para fins de risco de recebimento foi feita a partir do número de dias em aberto de cada empréstimo, considerando o prazo máximo de 180 dias em aberto para o provisionamento do 100% do saldo ainda pendente de recebimento.

	Empréstimos a Grupos
Em 31 de Dezembro 2020	8.785
Empréstimos no Perído	1.205
(–) Valor Recuperado	(4.031)
(–) PLD	–
(–) PCLD	–
Em 30 de Junho 2021	5.959
Empréstimos no Perído	6.489
(–) Valor Recuperado	(3.240)
(–) PLD	–
(–) PCLD	(248)
Em 31 de Dezembro 2021	8.960
Empréstimos no Perído	3.163
(–) Valor Recuperado	(4.486)
(–) PLD	(1.013)
(–) PCLD	(4.502)
Em 31 de Junho 2022	2.122

A tabela seguinte demonstra o aging do saldo líquido dos empréstimos a grupos encerrados na data de 30 de junho de 2022:

	Empréstimo	Valor Recuperado	PLD	Saldo após Recuperação	PCLD	Saldo Líquido
0 - 6 meses	2.842	(970)	–	1.872	(787)	1.085
6 - 12 meses	5.165	(1.927)	–	3.238	(2.828)	410
12 - 24 meses	5.505	(3.035)	–	2.470	(2.155)	315
24 - 48 meses	10.172	(6.909)	–	3.263	(3.112)	151
mais de 49 meses	16.774	(8.871)	(3.892)	4.011	(3.850)	161
Total	40.458	(21.712)	(3.892)	14.854	(12.732)	2.122

Dada a natureza da atividade da companhia, a cobrança pode levar mais tempo para serem negociados.

11. OUTROS CRÉDITOS - GRUPOS

	30/jun/22	31/dez/21
Direitos junto a consorciados contemplados	2.158.326	1.865.503
Normais	2.105.407	1.817.521
Em Atraso	11.372	9.331
Cobrança Judicial	41.547	38.651

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

12.1 Imobilizado de uso:

	Móveis e Utensílios	Instalações	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Central Telefônica	Sistema de segurança	Total Imobilizado em uso	Imobilizações em Curso [1]	Total Imobilizado
% Anual de Depreciação	10%	10%	20%	10%	10%	10%			
Saldo em 31/12/2020									
Custo	700	373	1.316	203	–	26	2.617	–	2.617
Depreciação	(331)	(200)	(846)	(178)	–	(26)	(1.581)	–	(1.581)
Saldo contábil líquido	369	173	469	25	–	–	1.036	–	1.036
Em 2021									
Saldo Inicial	369	173	469	25	–	–	1.036	–	1.036
Aquisições	29	–	230	–	–	–	260	4.158	4.418
Baixas	(4)	–	–	–	–	–	(4)	–	(4)
Depreciação	(59)	(34)	(155)	(5)	(1)	–	(253)	–	(253)
Saldo contábil líquido	336	138	545	21	(1)	–	1.039	4.158	5.197
Migração por incorporação									
Ativo	1.321	1.007	1.129	(0)	106	–	3.562	1.510	5.072
Depreciação	(1.032)	(1.007)	(605)	–	(71)	–	(2.715)	–	(2.715)
Saldo em 31/12/2021									
Custo	2.046	1.380	2.674	203	106	25	6.435	5.668	12.103
Depreciação	(1.422)	(1.242)	(1.606)	(182)	(71)	(26)	(4.549)	–	(4.549)
Saldo contábil líquido	625	138	1.068	21	34	–	1.886	5.668	7.554
Em 1º Sem. 2022									
Saldo Inicial	625	138	1.068	21	34	–	1.886	5.668	7.554
Aquisições	53	–	346	–	–	–	399	2.255	2.654
(–) Baixas	–	–	(43)	–	–	–	(43)	–	(43)
Depreciação	(61)	(17)	(187)	(2)	(5)	–	(272)	–	(272)
(–) Baixas Depreciação	–	–	11	–	–	–	11	–	11
Saldo contábil líquido	617	121	1.195	19	29	–	1.981	7.923	9.904
Saldo em 30/06/2022									
Custo	2.099	1.380	2.977	203	106	25	6.792	7.923	14.714
Depreciação	(1.483)	(1.259)	(1.782)	(184)	(76)	(26)	(4.812)	–	(4.812)
Saldo contábil líquido	617	121	1.195	19	29	(1)	1.980	7.923	9.903

[1]imobilizado em curso: capitalização de projetos em andamento com o objetivo de construir a nova arquitetura de tecnologia da companhia e criar soluções digitais de venda e relacionamento para potencializar o produto core e lançamento de novos produtos.

12.2 Intangível:

Intangivel	Software	Marcas e patentes	Total Intangilvel
% Anual de amortização	20%	20%	
Saldo em 31/12/2020			
Custo	254	4	258
Depreciação	–	–	–
Saldo contábil líquido	254	4	258
Em 2021			
Saldo Inicial	254	4	258
Aquisições	96	–	96
Baixas	–	–	–
Depreciação	(3)	–	(3)
Saldo contábil líquido	347	4	351
Migração por incorporação			
Ativo	336	–	336
Depreciação	(236)	–	(236)

Intangivel	Software	Marcas e patentes	Total Intangilvel
Saldo em 31/12/2021			
Custo	685	4	689
Depreciação	(239)	–	(239)
Saldo contábil líquido	446	4	450
Em 1º Sem. 2022			
Saldo Inicial	446	4	450
Aquisições	186	–	186
(–) Baixas	–	–	–
Depreciação	(56)	–	(56)
Saldo contábil líquido	576	4	580
Saldo em 31/06/2022			
Custo	871	4	875
Depreciação	(295)	–	(295)
Saldo contábil líquido	576	4	580

continua →★

→★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DA ADEMICON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. -** Em milhares de Reais

13. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	30/jun/22	31/dez/21
	11.390	8.375
IRPJ e CSLL	4.615	2.462
Pis e Cofins[1]	2.611	1.669
ISS	1.302	1.177
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	1.118	1.480
Outros tributos[2]	1.744	1.589

[1] Pis e Cofins: corresponde ao saldo incidente sobre a operação da Instituição. O aumento, deu-se por conta da alavancagem da operação de consórcios e incorporação.
[2] Outros tributos: refere-se contribuições e provisões sobre salários.

14. PASSIVO DE CONTRATOS COM CLIENTES

Corresponde à taxa de administração recebida dos participantes dos grupos de consórcio de forma antecipada ao regime de competência (anteriormente ao cumprimento da obrigação de performance), a ser realizada ao longo do tempo pelo método linear no prazo de contrato com o cliente atendendo a regulamentação do Bacen através da Resolução BCB nº 120, que adotou prospectivamente o pronunciamento contábil CPC 47.

	30/jun/22	30/jun/21
Taxa administrativa a apropriar - Circulante	12.014	–
Taxa de administração de lance recebido[1]	3.999	–
Taxa de administração antecipada[1]	8.015	–
Taxa administrativa a apropriar - Não Circulante	89.403	–
Taxa de administração de lance recebido[1]	46.974	–
Taxa de administração antecipada[1]	42.429	–

[1]As taxas de administração de lance recebido e taxa de administração antecipada também estão lineares ao prazo do contrato, reconhecidas pelo regime de competência conforme aplicação do CPC 47, prospectivamente.

15. RECURSOS NÃO PROCURADOS

Valores recebidos após encerramento dos grupos que não foram distribuídos entre os consorciados pertences a esses grupos, devido à não localização do consorciado. Com o objetivo da realização do saldo de recursos não procurados, a companhia está realizando tentativas de contato com os consorciados além da divulgação dos saldos pelo Banco Central. Em 30 de junho de 2022 o saldo da conta de recursos não procurados está representado pelo montante de R$ 21.873, sendo R$ 1.913 em contas patrimoniais não circulante e R$ 19.960 em contas de compensação[1] (R$ 22.140 em 31 de dezembro de 2021). [1]Devido a nova regra aplicada aos valores referentes a recursos não procurados, o saldo da conta, após a aplicação da norma foi transferido para as contas de compensação conforme a instrução normativa BCB N° 208.

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS

	30/jun/22	31/dez/21
Outras obrigações diversas - Circulante	34.993	26.305
Comissões a pagar[1]	20.711	14.682
Obrigações com pessoal	4.173	4.044
FGTS a repassar	370	979
Fornecedores diversos	9.739	6.600
Outras obrigações diversas - Não Circulante	24	24
Fornecedores diversos[2]	24	24

[1] Corresponde as comissões de pessoas jurídicas e pessoas físicas geradas no mês de competência para pagamento no mês subsequente. [2] Corresponde aos seguros de vida e seguros de imóveis a repassar de grupos de consórcio.

17. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Companhia é parte em processos judiciais em razão do curso normal de suas operações e acompanha o desenvolvimento de todos os processos, relativos a ações cíveis e reclamatórias trabalhistas reconhecidas na contabilidade e/ou necessitam de divulgação em notas explicativas, conforme disposto nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Em 30 de junho de 2022, há situações que necessitam de registro em notas explicativas, conforme disposto nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber:

(a) Composição das Contingências Passivas:	**30/jun/22**	**31/dez/21**
Contingências Passivas	1.160	988
Cívieis	1.075	953
Trabalhistas	85	35
(b) Movimentação das Contingências Passivas:	**Civil**	**Trabalhista**
Em 30 de Junho 2021	20	–
Constituições	3.512	35
(–) Reversões	–	–
(–) Pagamentos	(2.579)	–
Em 31 de Dezembro 2021	953	35
Constituições	122	50
(–) Reversões	–	–
(–) Pagamentos	–	–
Em 31 de Junho 2022	1.075	85

Adicionalmente, existem outras ações as quais foram classificadas com probabilidade de perda possível nos montantes de R$ 733,0 em 30 de junho de 2022 (R$ 739,7 em 31 de dezembro de 2021).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital Social: O capital social resultante é pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no País está composto de 19.942.914 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	Quotas	%
Total	19.943	100
Ademicon Participações SA.	19.943	100

A Companhia é controlada pela empresa Ademicon Participações SA., a qual detém 100,00% de suas ações. Os controladores do grupo econômico ao qual a Companhia pertence, são: Jussara Pianowski Schuchovsky, Raul Schuchovsky Neto, Tatiana Schuchovsky Reichmann, Trator Participações S.A., William Jefferson Maciel, Treecorp Trator Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Leste Private Equity. Em 30 de junho de 2022, o PLA - Patrimônio Líquido da Companhia representa R$ 51.347. *18.2 Reserva Legal:* É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício/semestre social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo em 30 de junho de 2022 é de R$ 4.160 (R$ 4.160 em 30 de dezembro de 2021). *18.3 Distribuição de dividendos:* De acordo com o deliberado em reunião dos acionistas, foram distribuídos e pagos dividendos no 1º Semestre de 2022, com base nos balancetes levantados ao longo do semestre no montante de R$ 41.507. (R$ 58.99,98 em 30 de dezembro de 2021).

19. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Devido a incorporação realizada na data de 29 de novembro de 2021 e juntamente com a força de vendas realizada no 1º Semestre de 2022, nossa receita de prestação de serviços gerou um aumento significativo referente ao mesmo período no 1º Semestre de 2021.

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Total	180.303	124.350
Taxa de administração[1]	178.717	123.588
Taxa de transferência de contratos	814	514
Outras taxas	772	248

[1] Taxa de administração: A Resolução BCB nº 120 de 27 de julho de 2021 revogou o Art. 8º, § 2º da Circular Bacen nº 2.381/93, que estabelecia o reconhecimento da receita de taxa de administração por ocasião de seu efetivo recebimento, e determinou a adoção prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2022 do Pronunciamento Técnico CPC 47, Receita de contrato com cliente.

20. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES INCIDENTES

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Total	20.635	7.293
ISS	5.488	2.482
COFINS	12.452	3.953
PIS	2.696	858

21. DESPESAS DE PESSOAL

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Total	22.781	7.964
Proventos	12.734	4.958
Encargos	6.217	1.538
Benefícios	1.860	911
Participação nos lucros	1.970	557

22. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia adotou a política de participação nos lucros e resultados a partir do ano 2020, totalizando um saldo de R$ 1.970 no período findo em 30 junho de 2022 e R$ 2.035 em 31 dezembro de 2021.

23. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Total	55.607	79.503
Comissões pagas a terceiros[1]	8.435	63.666
Despesas de marketing e propaganda	18.243	9.231
Despesas com incentivos/patrocínios comerciais[2]	11.771	480
Serviços de terceiros	3.127	2.496
Despesas com processamento de dados	2.994	1.193
Outras despesas[3]	7.596	971
Despesas de aluguel/utilidades	1.714	1.184
Despesas de transporte/viagens	1.398	163
Depreciação e amortização	329	119

[1]Comissões pagas a terceiros: até 31 de dezembro de 2021, as despesas de comissões sobre vendas das cotas de consórcios eram apropriadas ao resultado, substancialmente, por ocasião da comercialização. O Bacen, através da Resolução BCB nº 120, adotou prospectivamente o pronunciamento contábil CPC 47, e a partir de 2022 as comissões sobre vendas das cotas de consórcios passaram a ser capitalizados na rubrica de " Comissões a apropriar" (Nota 10 (vii)), líquida da redução ao valor recuperável com base em estimativa dos custos incrementais não recuperáveis, e amortizados ao resultado numa base sistemática consistente. [2] Foram criadas novas campanhas de incentivo e fechados novos patrocínios durante o semestre entre a companhia e as marcas, eventos como o Summit para divulgação da nossa marca, além de premiação para a entrada de novos clientes. [3] Essa conta teve um aumento em relação ao 1º semestre de 2021 devido a mudança de contabilização da PDD, onde os lançamentos foram adequados a resolução do BACEN (Nota10).

24. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre 2021	1º Semestre 2021
Total	(2)	546
Despesas Bancárias	215	450
Variação Monetária Ativa/Passiva	(303)	56
Multas e juros	52	43
Outras receitas/despesas operacionais	34	(3)

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
Resultado antes dos impostos	84.076	29.274
(–) Efeito Comissões CPC 47	(103.025)	–
(+) Efeito Receita CPC 47	94.077	–
(+) Despesas Indedutíveis	55	18
(+) PDD	6.092	–
(+) Doações	364	56
(+) Brindes	702	542
Base de cálculo	82.341	29.890
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto antes das deduções	(27.984)	(10.151)
Incentivos fiscais (PAT/outros)	422	85
IR e CS no resultado do exercício	(27.562)	(10.066)

26. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Foram distribuídos dividendos no 1º semestre de 2022 no valor de R$ 41.507, e foi aprovado, conforme faculta o Estatuto Social da Companhia e o art. 204 da Lei 6.404/76, que a Diretoria realize o pagamento de dividendos com base nos balancetes intermediários levantados ao longo do presente exercício, observando-se a distribuição do Lucro apurado nas demonstrações financeiras intermediárias, limitando-se ao valor de R$120.000 (cento e vinte milhões) no presente exercício social.

27. PARTES RELACIONADAS

27.1 Investimentos em coligadas e controladas: A Companhia não possui investimentos em coligadas e controladas. *27.2 Partes relacionadas:* Para o período não foram realizadas transações entre partes relacionadas, realizadas no contexto das atividades operacionais da administradora, inerentes à transferência de recursos, serviços, direitos ou obrigações entre partes relacionadas; *27.3 Remuneração do pessoal-chave da administração:* A remuneração total dos diretores estatutários, registrada na demonstração do resultado do semestre findo em 30 de junho de 2022 foi equivalente a R$ 1.183 e R$ 1.723 para o exercício findo em 31 dezembro de 2021.

28. SEGUROS CONTRATADOS

Para o período foram contratados seguros para nossos imóveis das sedes administrativas, onde os mesmos estão sendo apropriados pelo período do contrato da apólice sendo suas coberturas as seguintes: - Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza; - Danos elétricos; - Despesas de recomposição de registros e documentos; - Quebra de vidros; - Rompimento de tanques e tubulações; - RC estabelecimentos comerciais e/ou industriais; - Danos morais - RC estabelecimentos comerciais/industriais.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de dezembro de 2022 a companhia realizou duas operações de reestruturação societária: *29.1 Incorporação reversa da Ademicon Participações S.A. pela Ademicon Administradora de Consórcios S.A. e contribuição de ações na Ademicon Crédito Serviços e Consultoria:* A Operação insere-se no contexto da reorganização societária idealizada e conduzida pelas Partes, a qual visa o ganho de benefícios administrativos, econômicos e financeiros para as Partes e, ao mesmo tempo, permitindo a realocação de ativos e passivos com maior eficiência. Interesse dos Acionistas na Operação e Benefícios para às Partes. A realização da Operação trará os seguintes benefícios às Partes: (i) racionalização e simplificação da estrutura societária das Partes, e, consequentemente, a consolidação e redução de gastos e despesas operacionais combinadas; (ii) união dos recursos empresariais e patrimônios envolvidos na operação das Partes, permitindo a melhor gestão de operações, de ativos e de fluxos de caixa, resultando, assim, na otimização do emprego dos recursos operacionais e financeiros e, por consequência, na obtenção de maiores benefícios para as atividades sociais desempenhadas pelo grupo econômico; e (iii) racionalização e simplificação da gestão, de modo a contribuir para a futura expansão dos negócios sociais combinados. No contexto descrito, e após a incorporação reversa da Ademicon Participações S.A. pela Ademicon Administradora de Consórcios S.A., ainda na data de 31 de dezembro de 2022, foi feita a contribuição de ações da Ademicon Administradora de Consórcio na Ademicon Crédito Serviços e Consultoria, passando a ter o 100% de participação na Ademicon Administradora de consórcio S.A.

A DIRETORIA

Tatiana Schuchovsky - Diretora Presidente **Guilherme Carrasco -** Diretor Vice-Presidente **Jorge Mancia -** Diretor Financeiro

CONTADOR:

Carlos Eduardo Matozo - CRC: 023076/O-5 TC

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas, **Ademicon Administradora de Consórcios S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Ademicon Administradora de Consórcios S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada de recursos de consórcios em 30 de junho de 2022, e a demonstração consolidada das variações nas disponibilidades dos grupos para o semestre findo nessa mesma data, as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ademicon Administradora de Consórcios S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa do semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada de recursos de consórcios em 30 de junho de 2022 e da demonstração consolidada das variações nas disponibilidades dos grupos para o semestre findo nessa mesma data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Adoção da Resolução BCB nº 120/2021:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que apresenta as mudanças nas políticas contábeis adotadas pela Companhia em decorrência da adoção da Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021, com adoção prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2022, que dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas administradoras de consórcio e recepcionou o pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com o Cliente. Em decorrência da adoção, as receitas de taxa de administração dos grupos de consórcios, que anteriormente eram reconhecidas pelo seu efetivo recebimento, passam a ser reconhecidas com base na transferência efetiva dos serviços prestados aos clientes, conforme previsto no artigo nº 23 da referida resolução, de maneira prospectiva, a partir de 1º de janeiro de 2022. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 21 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador - CRC 1PR050377/O-6

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/539D-C035-B92C-27AA ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 539D-C035-B92C-27AA

Hash do Documento

4F289207555963A28D9F6A4692661F5959F34D631AA5297DCF1B382DDF98D6F8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/03/2023 é(são) :

- [x] Odone Fortes Martins (Signatário - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA) - 027.836.579-53 em 31/03/2023 08:38 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 09.570.162/0001-30